

DIREITO BRASILEIRO ANTICORRUPÇÃO

VOLUME 1

Organizadora:

CAROLINA SOUZA MALTA

Coordenadores:

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

CAROLINA SOUZA MALTA

ULISSES AUGUSTO PASCOLATI JÚNIOR

MARCUS ALAN DE MELO GOMES



Escola Nacional
de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados

Editoria

Fabiano da Rosa Tesolin
Lorena Caroline Lyra de Oliveira

Revisão Bibliográfica
Piero Kanaan - Tikinet

Revisão textual
Piero Kanaan - Tikinet

Projeto Gráfico e Capa
André Luis Pires de Carvalho

Diagramação
Tikinet

Créditos Institucionais
Biblioteca Ministro Oscar Saraiva - SED/STJ
Seção de Serviços Gráficos - SAD/CJF

Tiragem
150 exemplares

Distribuição gratuita
Impressa em 2023

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A reprodução total ou parcial é permitida desde que citada a fonte e indicada a autoria do texto.



Esta publicação foi produzida de acordo com a política de sustentabilidade
e está disponível também em versão eletrônica.

Endereço:

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam
SCES – Trecho 3, Polo 8, Lote 9, 1º andar
Brasília-DF, Brasil, CEP 70.200-003
www.enfam.jus.br

A publicação deste livro é proveniente da produção intelectual de alunos e professores do Programa de Pós-Graduação lato sensu em Direito Anticorrupção da Enfam. Os conceitos e opiniões expressos neste obra são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não refletem, necessariamente, a posição da Enfam.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

M261 Malta, Carolina Souza (Organizadora).
Direito Brasileiro Anticorrupção – Volume 1 / Organização de Carolina Souza Malta. Coordenação de Guilherme de Souza Nucci, Carolina Souza Malta, Ulisses Augusto Pascolati Junior e Marcus Alan de Melo Gomes. Prefácio de Guilherme de Souza Nucci. Textos de Alessandro Diaferia, Carlos Roberto Rosa Burck, Renan do Valle Melo Marques, Andréa Márcia Vieira de Almeida, Eduardo Aidé Bueno de Camargo, Marcelo Yukio Misaka e Bárbara Heliodora Quaresma Bomfim. Brasília, Brasil: ENFAM; São Paulo: Tikinet, 2023.
316 p.

Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em Direito Anticorrupção. Brasília: ENFAM

ISBN 978-65-87080-62-8

DOI: <https://doi.org/10.54795/ISBN978-65-87080-62-8>

1. Direito. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Civil. 4. Direito Penal. 5. Direito Anticorrupção. 6. Anticorrupção. 7. Corrupção. 8. Corrupção Pública. 9. Corrupção Privada. 10. Compliance. 11. Probidade. 12. Improbidade. 13. Cultura Anticorrupção. 14. Poder Judiciário. 15. Políticas Públicas. – Título. I. Malta, Carolina de Souza. II. Nucci, Guilherme de Souza. III. Pascolati Junior, Ulisses Augusto. V. Gomes, Marcus Alan de Melo. VI. Diaferia, Alessandro. VII. Burck, Carlos Roberto Rosa. VIII. Marques, Renan do Valle Melo. IX. Almeida, Andréa Márcia Vieira de. X. Camargo, Eduardo Aidé de. XI. Misaka, Marcelo Yukio. XI. Bicalho, Bárbara Heliodora Quaresma Bomfim. XIII. ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

CDU 343

CDD 343.352(61)

SUMÁRIO

17 PARTE I

19 REFLEXÕES SOBRE A CORRUPÇÃO SOB A PERSPECTIVA DOS DILEMAS (MORAIS, SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS) E O ELEMENTO VOLITIVO DO AGENTE

ALESSANDRO DIAFERIA

61 SELETIVIDADE DO COMBATE À CORRUPÇÃO PÚBLICA, CORRUPÇÃO PRIVADA E COMPLIANCE: A TRIÁDE PARA EVITAR A INSTITUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE PENAL DA EMPRESA

CARLOS ROBERTO ROSA BURCK

97 A INCONSTITUCIONALIDADE DA PROIBIÇÃO DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IURA NOVIT CURIA NA AÇÃO DE IMPROBIDADE

RENAN DO VALLE MELO MARQUES

139 DA PROIBIÇÃO À PERMISSÃO NORMATIVA DE ACORDO NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

ANDRÉA MÁRCIA VIEIRA DE ALMEIDA

193 UM PEQUENO EMPURRÃO PARA A PROBIDADE: COMO A TEORIA COMPORTAMENTAL E A CIÊNCIA DA COOPERAÇÃO SOCIAL PODEM APERFEIÇOAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO

EDUARDO AIDÉ BUENO DE CAMARGO

229 O BRASIL E A CORRUPÇÃO PELAS DÁDIVAS E MERCÊS

MARCELO YUKIO MISAKA

267 FORMAÇÃO DE UMA CULTURA ANTICORRUPÇÃO POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A INTEGRIDADE

BÁRBARA HELIODORA QUARESMA BOMFIM BICALHO



DIREITO BRASILEIRO ANTICORRUPÇÃO

VOLUME 2

Organizadora:

CAROLINA SOUZA MALTA

Coordenadores:

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

CAROLINA SOUZA MALTA

ULISSES AUGUSTO PASCOLATI JÚNIOR

MARCUS ALAN DE MELO GOMES



Escola Nacional
de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados

Editoria

Fabiano da Rosa Tesolin
Lorena Caroline Lyra de Oliveira

Revisão Bibliográfica

Piero Kanaan - Tikinet

Revisão textual

Piero Kanaan - Tikinet

Projeto Gráfico e Capa

André Luís Pires de Carvalho

Diagramação

Tikinet

Créditos Institucionais

Biblioteca Ministro Oscar Saraiva - SED/STJ
Seção de Serviços Gráficos - SAD/CJF

Tiragem

150 exemplares

Distribuição gratuita

Impressa em 2023

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A reprodução total ou parcial é permitida desde que citada a fonte e indicada a autoria do texto.



Esta publicação foi produzida de acordo com a política de sustentabilidade
e está disponível também em versão eletrônica.

Endereço:

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam
SCES – Trecho 3, Polo 8, Lote 9, 1º andar
Brasília-DF, Brasil. CEP 70 200-003
www.enfam.jus.br

A publicação deste livro é proveniente da produção intelectual de alunos e professores do Programa de Pós-Graduação lato sensu em Direito Anticorrupção da Enfam. Os conceitos e opiniões expressos neste obra são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não refletem, necessariamente, a posição da Enfam.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

M261 Malta, Carolina Souza (Organizadora).
Direito Brasileiro Anticorrupção – Volume 2 / Organização de Carolina Souza Malta, Coordenação de Guilherme de Souza Nucci, Carolina Souza Malta, Ulisses Augusto Pascolati Júnior e Marcus Alan de Melo Gomes. Prefácio de Guilherme de Souza Nucci. Textos de Cleanto Alves Pantaleão Filho, Adriana Barretto de Carvalho Rizzotto, Arthur Napoleão Teixeira Filho, Fábio Moreira Ramiro, Pollyanna Kelly Maciel Medeiros Martins Alves, Marcos Antonio Mendes de Araujo Filho e Caroline de Paula Oliveira Piloni. – Brasília: ENFAM; São Paulo: Tikinet, 2023. 340 p.

Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em Direito Anticorrupção. Brasília, ENFAM.

ISBN 978-65-87080-63-5

DOI: <https://www.doi.org/10.54795/ISBN978-65-87080-63-5>

1. Direito. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Civil. 4. Direito Penal. 5. Direito Anticorrupção. 6. Anticorrupção. 7. Corrupção. 8. Corrupção Pública. 9. Corrupção Privada. 10. Crime de Corrupção. 11. Crime de Evasão de Divisas. 12. Justiça Restaurativa. 13. Colaboração Premiada. 14. Crime de Lavagem de Bens. 15. Crime Militar de Corrupção Passiva. 16. Poder Judiciário. 17. Políticas Públicas. 18. Legislação. I. Título. II. Malta, Carolina de Souza. III. Nucci, Guilherme de Souza. IV. Pascolati, Junior, Ulisses Augusto. V. Gomes, Marcus Alan de Melo. VI. Pantaleão Filho, Cleanto Alves. VII. Rizzotto, Adriana Barretto de Carvalho. VIII. Teixeira Filho, Arthur Napoleão. IX. Ramiro, Fábio Moreira. X. Alves, Pollyanna Kelly Maciel Medeiros Martins. XI. Araujo Filho, Marcos Antonio Mendes de. XII. Piloni, Caroline de Paula Oliveira. XIII. ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

CDU 343

CCD 343.352(81)

SUMÁRIO

- 19** **PARTE II**
- 21** **MORALIDADE ADMINISTRATIVA E A OBJETIVIDADE JURÍDICA DO CRIME DE CORRUPÇÃO**
CLEANTO ALVES PANTALEÃO FILHO
- 81** **A LEI DE CÂMBIO E CAPITALS INTERNACIONAIS - LCCI E O CRIME DE EVASÃO DE DIVISAS**
ADRIANA BARRETTO DE CARVALHO RIZZOTTO
- 125** **A APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA EM CRIMES DE CORRUPÇÃO**
ARTHUR NAPOLEÃO TEIXEIRA FILHO
- 161** **COLABORAÇÃO PREMIADA E A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ATÍPICAS**
FÁBIO MOREIRA RAMIRO
- 197** **O CRIME DE CORRUPÇÃO: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A APLICAÇÃO PRETORIANA DOS ARTS. 317, 333 E 337-B DO CÓDIGO PENAL**
POLLYANNA KELLY MACIEL MEDEIROS MARTINS ALVES
- 243** **OS IMPACTOS DA LEI Nº 14.478/2022 NA TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE LAVAGEM DE BENS**
MARCOS ANTONIO MENDES DE ARAÚJO FILHO
- 285** **O CRIME MILITAR DE CORRUPÇÃO PASSIVA NO DIREITO PENAL MILITAR BRASILEIRO APÓS A EDIÇÃO DA LEI N. 13.491/2017**
CAROLINE DE PAULA OLIVEIRA PILONI

DIREITO BRASILEIRO ANTICORRUPÇÃO

VOLUME 3

Organizadora:

CAROLINA SOUZA MALTA

Coordenadores:

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

CAROLINA SOUZA MALTA

ULISSES AUGUSTO PASCOLATI JÚNIOR

MARCUS ALAN DE MELO GOMES



Escola Nacional
de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados

Editoria

Fabiano da Rosa Tesolin
Lorena Caroline Lyra de Oliveira

Revisão Bibliográfica

Piero Kanaan - Tikinet

Revisão textual

Piero Kanaan - Tikinet

Projeto Gráfico e Capa

André Luis Pires de Carvalho

Diagramação

Tikinet

Créditos Institucionais

Biblioteca Ministro Oscar Saraiva - SED/STJ
Seção de Serviços Gráficos - SAD/CJF

Tiragem

150 exemplares

Distribuição gratuita

Impressa em 2023

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A reprodução total ou parcial é permitida desde que citada a fonte e indicada a autoria do texto.



Esta publicação foi produzida de acordo com a política de sustentabilidade
e está disponível também em versão eletrônica.

Endereço:

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam
SCES – Trecho 3, Polo 8, Lote 9, 1º andar
Brasília-DF, Brasil. CEP 70.200-003
www.enfam.jus.br

A publicação deste livro é proveniente da produção intelectual de alunos e professores do Programa de Pós-Graduação *latu sensu* em Direito Anticorrupção da Enfam. Os conceitos e opiniões expressos neste obra são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não refletem, necessariamente, a posição da Enfam.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

M261 Malta, Carolina Souza (Organizadora)
Direito Brasileiro Anticorrupção = Volume 3 / Organização de Carolina Souza
Malta, Apresentação de Guilherme de Souza Nucci, Carolina Souza Malta, Ulisses
Augusto Pascolati Junior e Marcus Alan de Melo Gomes. Prefácio de Guilherme de
Souza Nucci. Textos de Márcio de Aguiar Ribeiro, Gilberto Schäfer, Philippe
Guimarães Padilha Vilar, Emerson José do Couto, Gilson Miguel Gomes da Silva,
Fábio Rodrigues Sousa, Hugo Alexandre Pedreira, Thiago de Lucena Motta,
Nathália Mariel Ferreira de Souza Pereira. – Brasília: ENFAM, São Paulo: Tikbooks,
2023.
416 p.

Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em Direito Anticorrupção. Brasília: ENFAM.

ISBN 978-65-87080-64-2

DOI: <https://www.doi.org/10.54795/ISBN978-65-87080-64-2>

Direito, 2. Direito Constitucional, 3. Direito Civil, 4. Direito Penal, 5. Direito
Anticorrupção, 6. Anticorrupção, 7. Corrupção, 8. Corrupção Pública, 9. Corrupção Privada, 10. Crime de Corrupção, 11. Acordo de
Leniência, 12. Dignidade de Pessoa Humana, 13. Persecução Penal, 14. Cadeia de Custódia, 15. Medida Cautelar Penal, 16. Improbidade
Administrativa, 17. Acordo de Não Persecução Penal, 18. Processo Acusatório, 19. Poder Judiciário, 20. Políticas Públicas,
21. Legislação, I. Título II. Malta, Carolina de Souza. III. Nucci, Guilherme de Souza. IV. Pascolati Junior, Ulisses Augusto. V. Gomes,
Marcus Alan de Melo. VI. Ribeiro, Márcio de Aguiar. VII. Schäfer, Gilberto. VIII. Vilar, Philippe Guimarães Padilha. IX. Couto, Emerson
José do. X. Silva, Gilson Miguel Gomes da. XI. Souza, Fábio Rodrigues. XII. Pedreira, Hugo Alexandre. XIII. Motta, Thiago de Lucena.
XIV. Pereira, Nathália Mariel Ferreira de Souza. XV. ENFAM. – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

SUMÁRIO

- 17** **PARTE III**
- 19** **RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS POR ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O ACORDO DE LENIÊNCIA E SUA NECESSÁRIA INTEGRAÇÃO AOS DEMAIS MECANISMOS NEGOCIAIS DE RESPONSABILIZAÇÃO POR CRIMES E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**
MÁRCIO DE AGUIAR RIBEIRO
- 53** **RELAÇÕES SEXUAIS E AMOROSAS NA INFILTRAÇÃO POLICIAL SOB O PRISMA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: ANÁLISE DO CASO DO REINO UNIDO**
GILBERTO SCHÄFER
- 93** **ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS LEGAIS E A POSSIBILIDADE DE SUA RETROAÇÃO AOS PROCESSOS EM CURSO NA VISÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES**
PHILIPPE GUIMARÃES PADILHA VILAR
- 143** **CADEIA DE CUSTÓDIA: AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS PELA QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA**
EMERSON JOSÉ DO COUTO
- 187** **O PROCESSO PENAL BRASILEIRO CORROMPIDO: A REDUÇÃO DA EFICÁCIA NA PERSECUÇÃO PENAL DO ESTADO**
GILSON MIGUEL GOMES DA SILVA
- 233** **POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A APLICABILIDADE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NAS AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO**
FÁBIO RODRIGUES SOUSA

279 O RISCO À ORDEM PÚBLICA É MANIFESTO NOS CRIMES QUE ENVOLVEM A CORRUPÇÃO, JUSTIFICANDO A IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES PENAIS, PRINCIPALMENTE A SEGREGAÇÃO

HUGO ALEXANDRE PEDREIRA

347 VALORAÇÃO DA PROVA NA PERSECUÇÃO PENAL DA CORRUPÇÃO: UM ARGUMENTO CONTRA A VARIABILIDADE DE STANDARDS PROBATÓRIOS

THIAGO DE LUCENA MOTTA

383 PARTIDOS POLÍTICOS EM UMA DEMOCRACIA SAUDÁVEL: A RESPONSABILIZAÇÃO PELA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

NATHÁLIA MARIEL FERREIRA DE SOUZA PEREIRA